

Escola EB 2,3/S de Alfândega da Fé

Círculo de Bragança

Projecto de Recomendação

Exposição de Motivos

Considerando que o subsolo português é muito pobre em recursos energéticos, já que as reservas de carvão conhecidas estão esgotadas e as que existem de urânio deixaram de ser exploradas;

Considerando que Portugal é um dos países da Europa com óptimas condições para a exploração de energias renováveis as quais têm, até a data, sido subaproveitadas, o que contribui para a dependência externa, no domínio das energias renováveis;

Considerando que Portugal possui potencialidades significativas de aproveitamento de energia solar que importa valorizar e rentabilizar tanto mais que se trata de uma energia limpa, gratuita e inesgotável, cujo contributo poderá ser relevante para a diminuição da nossa dependência energética externa;

Considerando que o nosso País tem a “matéria-prima” necessária para se desenvolver no campo das energias renováveis e que urge aproveitá-la, seguindo o exemplo dos países do Norte da Europa que, com recursos solares inferiores aos nossos, desenvolveram e apostaram nestes recursos energéticos;

Considerando que é preciso, por isso, lutar pela sustentabilidade do nosso país, uma vez que o consumo energético em Portugal está muito dependente dos recursos exógenos.

Assim, para potenciar os recursos energéticos renováveis endógenos e para que Portugal consiga atingir a meta comunitária de que 12% do consumo em 2010 seja de energia produzida a partir de fontes renováveis, recomendamos é necessário que o nosso Parlamento, em coordenação com a política da União Europeia implemente algumas medidas estratégicas, nomeadamente as que abaixo se propõem.

Medidas propostas

1. Apoiar as pequenas, médias e grandes empresas através de fundos comunitários, para que as mesmas possam suportar os custos do equipamento necessário para o aproveitamento inicial das energias renováveis, atribuindo benefícios fiscais àquelas que venham a desenvolver projectos neste sentido;
2. Incentivar, financiando, as autarquias na criação de parques eólicos e centrais solares fotovoltaicas, para que os mesmos possam reduzir a factura energética, no que diz respeito aos recursos não renováveis;
3. Criar linhas de financiamento /empréstimo bonificado para particulares no sentido de incentivar a instalar colectores solares nos edifícios, concedendo benefícios fiscais aos cidadãos que a título individual venham a optar por esta solução energética.